

**ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº. 03/2017
TANGARÁ DA SERRA**

PROCESSO Nº	448361/2017
EVENTO	Audiência pública referente o lote 3 do programa de concessão da prestação dos serviços públicos de conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação rodoviária do trecho de Tangará da Serra, Mato Grosso.
DATA DE REALIZAÇÃO	Dia 01 de novembro de 2017
HORÁRIO	16 às 19 horas
LOCAL	OAB - 10ª SUBSEÇÃO DE TANGARÁ DA SERRA - Av. Brasil, 1600 E, Jardim Europa Cep: 78300-000 - TANGARÁ DA SERRA/MT
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	81
DIVULGAÇÃO	Aviso de audiência publicado em 06 de outubro no Diário Oficial do Estado – D.O.E, com rerratificação no 09 de outubro; divulgação nas páginas eletrônicas da SINFRA, MT Parcerias S/A e Prefeitura Municipal de Alta Floresta. Veiculação em jornais e rádios locais do município de Alta Floresta.
REGULAMENTO	Publicação em 06 de outubro na página eletrônica da SINFRA e disponibilizado aos participantes no local da audiência pública.

ROTEIRO DA AUDIÊNCIA:

ABERTURA:

A sessão da audiência pública iniciou-se às 16h00, autorizada pelo presidente da sessão, Secretário Adjunto de Engenharia da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, Rogério Ribeiro Arias, e comunicada pelo mestre de cerimônia. Esse apresentou resumidamente o programa Pró-Estradas Concessões e informou que todos os documentos referentes ao Programa estão disponíveis para consulta pública nos endereços eletrônicos: www.participacaosocia.mt.gov.br e em www.sinfra.mt.gov.br, estando aberto para o recebimento de contribuições até o dia 03/11/2017.

Em seguida, assistiu-se ao vídeo do programa Pró-Estradas Concessões.

Foram convidadas as autoridades para comporem a mesa:






- Secretário Adjunto de Engenharia da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SINFRA), Rogério Ribeiro Arias;
- Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Fábio Junqueira;
- Deputado Estadual, Saturnino Masson;
- Deputado Estadual, Wagner Ramos;
- Vice-Prefeito de Tangará da Serra, Renato Gouveia;
- Secretário Municipal de Infraestrutura, Selton Vieira;
- Presidente da OAB, subseção de Tangará da Serra, Kleiton Carvalho;
- Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Tangará da Serra, Wander Masson;
- Presidente do Sindicato Rural, Réck Junior;

Na sequência agradeceu-se a presença das demais autoridades, da imprensa e dos cidadãos. Foi convidado o Secretário Adjunto da SINFRA Sr. Rogério Ribeiro Arias para a apresentação do projeto.

No uso da palavra o Secretário Adjunto apresentou todo o projeto de Concessão das Rodovias para a concessão da prestação dos serviços públicos de conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação rodoviária dos trechos de rodovias estaduais referente ao LOTE 3: TANGARÁ DA SERRA.

Após a apresentação do projeto iniciou-se a o procedimento de leitura e esclarecimento aos questionamentos dos participantes:

QUESTIONAMENTOS ESCRITOS:

Foram entregues 23 formulários com questionamentos por escrito, sendo todas as 23 questões respondidas.

Nº 1) Kleiton Carvalho, presidente da Décima Subseção da OAB/MT – Tangará da Serra:

1.1 “Quantos posto de atendimento haverá no trecho? O ideal é que haja 1 posto entre cada

intervalo de praças de pedágio.”

R: O Sec. Adjunto Rogério Arias Respondeu que serão 3 postos de atendimentos, contando com guinchos e ambulâncias.

1.2 “Demonstre de modo objetivo como serão utilizados ou distribuídos os valores pagos pela concessionária ao Estado de MT.”

R: Os valores estão justificados detalhadamente no PER e contará com o apoio técnico de um verificador independente.

1.3 “Será construído anel viário em Barra do Bugres?”

R: Não está contemplado na concessão.

Nº 2) Aparecida Maria, secretária do Rotary Club de Tangará da Serra:

2.1 “Qual número de postos de atendimento para emergência? Qual a quantidade de veículos (ambulância e guinchos) serão disponibilizados?”

R: O Engenheiro e responsável técnico Fernando Iannotti da empresa Houer Concessões responsável pela elaboração dos estudos técnicos, econômico-financeiros e jurídicos que subsidiaram a modelagem da Concessão, esclareceu que serão 3 pontos de apoio distribuídos ao longo todo o trajeto do Lote 3.

Com um aparte a Sra. Maria Aparecida ressaltou que sua preocupação é em razão ao grande número de acidentes, e dessa forma, gostaria de saber se a distância de um ponto de apoio o outro é o suficiente para atender a demanda.

R: O Engenheiro Fernando Iannotti concluiu que a Concessionária irá verificar os pontos mais sensíveis para distribuição dos pontos de apoio, como uma praça de pedágio antes do Distrito de Progresso.

Por mais um Integrante da mesa foi questionado se o SAMU poderá operar na rodovia.

R: O responsável técnico Sr. Fernando Iannotti explicou que o SAMU, enquanto serviço público, tem total liberdade do uso da rodovia. O atendimento de socorro da concessionária não concorre com os pontos de atendimento fornecidos pela concessionária.





Em um aparte, o Sr. Prefeito Municipal de Tangará da Serra, questionou se os socorros dos pontos de atendimentos contarão com equipamentos e equipes especializadas.

R: O sr. Fernando Iannotti afirmou que os pontos de atendimentos deverão cumprir os requisitos da ANVISA, a fim de dispor de condições para transportar o acidentado ao hospital mais próximo.

2.2 "Qual a distancia entre os pontos de atendimento de socorro?"

R: Aproximadamente 80 km entre cada ponto.

Nº 3) Sergio Roberto, jornalista:

3.1 "No trecho Itanorte-Jangada (BR-163) serão quatro praças de pedágio. Quais os critérios de apuração da tarifa para cada um destes trechos?"

R: O Secretário Adjunto Rogério Arias respondeu que as tarifas são iguais em todas as praças, com valor pré-definido de R\$7,90. Chegou-se a esse valor por meio de estudo técnico, que garante o equilíbrio econômico entre os investimentos que serão realizados, os serviços de manutenção e a cobrança de pedágio.

Ainda no uso da palavra, o jornalista questionou se a correção da "curva da morte" que fica na descida da Serra dos Parecis, estaria prevista no projeto da concessão.

R: O responsável técnico Fernando Iannotti afirmou que a audiência pública tem como papel fundamental receber contribuições justamente neste sentido e assim sendo será estudada a viabilidade de atendimento a essa demanda.

Nº 4) Sr. Luis Simit:

4.1 "Questionou o local e o número de balanças que serão instaladas."

R: O Sec. Adjunto Rogério Arias afirmou que iria reavaliar a quantidade e localização das balanças.

4.2 "Apenas uma ambulância para trecho Jangada-Barra é suficiente? Para Barra-Tangará podemos usar o SAMU? A praça de pedágio depois do Progresso será depois da entrada do Boche? Se não a população local tem que pagar pedágio para chegar em Tangará."

R: O Secretário Adjunto Rogério Arias afirmou que a localização das praças de pedágio é pensada para não prejudicar a população e são pensadas para estabelecer a menor rota



de fuga.

Nº 5) Sr. Irio, da Associação de Caminhoneiros:

5.1 "Questionamentos sobre impostos como o IPVA sobre os veículos e os demais como FETHAB, Confins, ICMS sobre mercadoria e Fretes."

R: O Secretário Adjunto lembrou que trata-se de um estudo econômico-financeiro que visa o equilíbrio-econômico do contrato, portanto para que haja viabilidade há que se cobrar uma tarifa advinda dos estudos realizados.

Nº 6) Marcos Antônio, da Associação de Caminhoneiros:

6.1 "Afirma que não é contra a cobrança de pedágio, que é morador de Tangará da Serra há mais de 30 anos. Questiona a título de exemplo que a capital, Cuiabá, até hoje não tem duplicação. Afirma que é a única capital do Brasil que não é não tem duplicação de pelo menos 20 km. Questiona o número de pedágio e o valor destes para a MT 358, que pode inviabilizar a região."

R: O Sec. Adjunto Rogério Arias ressaltou que os investimentos nas rodovias geram economias em acidentes e danos causados pelas más condições das rodovias. Além disso, frisou que há um estudo econômico financeiro que serviu para embasar os valores das tarifas.

Nº 7) Adailton Alves, da GTS:

7.1 "Devido aos altos custos para manutenção dos caminhões não aceitamos a cobrança de eixos levantados dos caminhões. Se for um preço acima de R\$ 4,00 por eixo inviabilizará o transporte na nossa região."

R: O Sec. Adjunto Rogério Arias afirmou que levará em consideração o questionamento para reavaliação dos custos.

Nº 8) Edgar Augusto, da Associação de Caminhoneiros:

8.1 "Precisa de urgência na recuperação da rodovia. Qual a quantidade de praças de pedágios? Há área de fuga? Contrato de quantos anos? Qual preço por eixo? A partir da quantidade de recuperação da rodovia que começa a cobra a tarifa? Qual a garantia de execução de obra? Vai ser duplicada?"

R: O Sec. Adjunto Rogério Arias afirmou que a rodovia será restaurada no primeiro ano e conforme previsto em contrato, somente após a execução das obras poderá ser

cobrada a tarifa de pedágio. As praças de pedágio foram previstas em locais considerando as possíveis áreas de fuga. A tarifa de pedágio será de R\$ 7,90 por eixo. Frisou ainda, que o processo licitatório transparente trará segurança e os órgãos de fiscalização estão preparados. Haverá duplicação apenas nos trechos urbanos e a instalação de terceira faixa em locais oportunos.

Nº 9) Marcelo Albuquerque, engenheiro civil:

9.1 "Quanto aos projetos e plano de melhorias, já existem tais documentos?"

R: Os projetos serão desenvolvidos ao longo da concessão e no primeiro ano a concessionária já deve criar os projetos dos investimentos e demonstrar como pretende reestabelecer a rodovia inicialmente.

9.2 "Qual o número de localidades estimadas para implantação das praças de pedágio?"

Serão 4 praças de pedágio? Qual o valor estimado para cobrança em cada uma das praças?"

R: O Valor será de R\$ 7,90 por eixo.

Nº 10) Joeme Costa, da AKMOS:

10.1 Elogiou a iniciativa, porém questiona a aplicação dos recursos do IPVA, ressaltando que essa é uma dúvida de toda população. Afirma que a carga tributária de Mato Grosso é a maior do Brasil. Questiona quanto ao direito constitucional de ir e vir das pessoas. Afirma que a tarifa de 7,90 é muito cara e sugere o valor de 3,90. Por fim, pergunta se a empresa não entregar o serviço proposto como pode recorrer garantindo seus direitos?"


R: O Sec. Adjunto Rogério Arias lembrou que o IPVA não está associado diretamente ao investimento em rodovias. Ressaltou que o contrato é coberto por seguro, que será acionado diante do descumprimento pela concessionária.

Nº11) Sr. Fábio Santana:

11.1 "Melhor escolha feita para nosso Estado e Município. (Poderia já que fez a concessão tinha que se realizar no projeto a duplicação das rodovias como são de longos prazos). Além da redução de acidente teremos uma via exclusiva a veículos baixos e de carga leves. A pergunta é: Haverá duplicação das rodovias?"

R: Sim, haverá duplicação nos perímetros urbanos e terceira faixa em alguns pontos.

Nº. 12) Sra. Zita, engenheira agrônoma:





12.1 "No meu ver está faltando um local de descanso para os caminhoneiros. Onde os caminhoneiros possam tomar um banho, fazer uso de banheiro, lanchonete e etc. Dar um conforto para os ônibus, caminhões e todas as pessoas que circulam, fazem o uso da rodovia. Tem que estipular cada x km essa área de descanso. Padrão americano?"

R: O responsável técnico Fernando Iannotti concordou em levar como sugestão. Ressaltou que o problema não é definir a área de descanso, mas sim quem será o responsável por gerenciá-la.

Nº 13) Wellington Bezerra, da prefeitura municipal de Tangará da Serra:

13.1 "Quantos pontos de SAU na extensão da concessão?"

R: O responsável técnico Fernando Iannotti respondeu que os pontos serão 3.

13.2 "As ciclovias estão contempladas nos perímetros urbanos?"

R: O responsável técnico Fernando Iannotti afirmou que as ciclovias ainda não foram contempladas. No entanto, esclareceu que o projeto apresentado não é o final, pois a concessionária ainda irá aprimorar o projeto e poderá sob demanda incluir a construção de ciclovia.

Nº. 14) Sr. Renato Gouveia:

14.1 "Gostaria de saber sobre quantas estações de Apoio terão".

R: Conforme já respondido serão 03 pontos de apoio.

14.2 Como será a distribuição da receita para os municípios?

R: O ISS será distribuído por km de rodovia pertencente ao Município.

14.3 Necessário fazer adequações na rotatória próximo ao frigorífico no final da duplicação com a Av. Lions.

R: O projeto da rotatória está contemplado na concessão.

Nº. 15) Vander Alberto, da ACITS.

15.1 "Quais os locais das quatro praças de pedágio?"

R: Pergunta previamente respondida durante a apresentação do projeto, as praças serão instaladas nos seguintes locais: Praça 1: KM 22 da MT 246; Praça 2: MT 343 Km 5,6.,
Praça 3: MT 358 KM 37,6 e Praça 4: MT 358 KM 114,70.

15.2 "Qual é a largura das interseções tipo rotatória alongada. Ex. aquela existente em Jangada



na MT 163 com a MT 246, é muito estreita para os grandes caminhões”.

Complementação oral do autor da pergunta: “acredita que ao invés de alargar deveria fazer um viaduto”

R: O responsável técnico Fernando Iannotti afirmou que a possibilidade seria averiguada. Em aparte Sr. prefeito: “esclareceu sobre o IPVA, que é um imposto definido pela constituição e não se confunde com a tarifa de pedágio.”

Nº. 16) Geraldo A. C. Guimarães, presidente Democratas Tangará da Serra.

16.1 “Sabemos que as concessões anteriores de alguns trechos em nosso estado, antes de serem feitas as melhorias se inicia a cobrar o pedágio. Como a sociedade pode se precaver caso isto venha se repetir?”

R: Pergunta já respondida anteriormente.

16.2 “Nas cidades polo, não seria viável a colocação de viaduto nas entradas e saídas da área urbana, isto contempla o projeto?”

R: Pergunta já respondida anteriormente.

Nº 17) Sr. Edesio Adorno:

17.1 “A privatização é inevitável, porém o concessionário não pode e não deve ser autorizado a explorar economicamente o empreendimento sem a efetivação no contrato. Deve dar respeito a adequação da rodovia”.

Complementação oral: “detalhar melhor quais seriam os investimentos iniciais que permitem a cobrança do pedágio. Se posicionou favorável a privatização e concessão, porém ressaltou que o estado tem em seu dever social de conter a busca do empresário pelo lucro”.

R: O responsável técnico, Fernando Iannotti afirmou que os trabalhos iniciais dizem respeito a recuperação 100% de toda rodovia e sinalização e tomou-se o cuidado de definir um prazo de 12 meses para cobrança de pedágio justamente para evitar a cobrança de pedágio sem investimentos.

Nº. 18) Robson Israel, estudante:

18.1 “Tendo em vista aos questionamentos já existentes creio eu que duas praças de pedágio

seriam suficientes, uma na chegada da Barra dos-Bugres pois ali não há rota de fuga e outra na antiga balança que existia perto de Jangada.”

R: Questionamento já respondido e o Sec. Rogério Aria afirmou que levaria em consideração a ponderação realizada.

Nº 19) Bruno Narezzi, engenheiro civil.

19.1 “Será possível a instalação dos SAU próximos aos trechos com maior índice de acidentes?”

R: Segundo o responsável técnico, Fernando Iannotti, deve-se primeiramente identificar os pontos críticos para eliminar o grande número de acidentes. Posteriormente deve-se instalar os pontos SAU estrategicamente ao longo da rodovia.

19.2 “Serão construídas ciclovias nos trechos urbanos?”

R: O responsável técnico, Fernando Iannotti, afirmou que a concessionária irá discutir sobre o assunto ciclovia com a sociedade, no futuro.

19.3 “Caso haja aumento significativo do tráfego nos trechos, haverá previsão da ampliação da capacidade da via? (duplicação dos trechos)”.

R: De acordo com o responsável técnico, Fernando Iannotti, estão previstos no projeto gatilhos de novos investimentos, os quais já estão contemplados no valor da tarifa. Além disso, a concessionária terá o prazo de 1 ano para apresentar solução para melhor o fluxo de veículos nos locais onde houver congestionamento.

Nº 20) Sr. Marcelo Dias:

20.1 “Apenas para confirmar todos. Se o valor da tarifa está definido, como será a modalidade conduzida para determinar a empresa que ganhará a concessão? Como serão as bases para essa definição?”

R: O Sec. Adjunto Rogério Arias respondeu que o modelo de julgamento adotado para a concessão é o de maior oferta do valor de outorga e o leilão será realizado na B3 (antiga Bovespa).

Nº. 21) Sr. Domingues Libilato:

21.1 “Senhores, tenho uma barraquinha de frutas e espetos, água na entrada da São Jorge, popular entroncamento MT 170 no pé da Serra do Parecis. Ocorre que com a rotatória que vai





ser feita gostaria de saber se ao tirar minha barraquinha do trevo em que estou há mais de 20 anos vai ser feito um outra do lado? Vai ser feito (ilegível) da via lateral para realocar minha barraquinha? Pois ali se revezamos com mais de 5 vizinhos e cada dia vai um lá para vender sua produção do sítio que fica próximo e é nossa principal fonte de renda.”

R: O Sec. Adjunto Rogério Arias confirmou que considera importante a consideração e irá levar para a discussão.

Nº 22) Sr. Robson Israel.

22.1 “Terá algum desconto ou será apenas de multas diárias?”

R: Questão já respondida anteriormente.

22.2 “Pagaremos pedágio mesmo com a estrada toda esburacada?”

R: Questão já respondida anteriormente

22.3 “As rodovias terão manutenção e qualidade?”

R: Questão já respondida anteriormente.

22.4 “Como ficará a MT-358 na Chapadão, ela será pavimentada ou ainda ira esperar um bom tempo para ter asfalto de qualidade para melhor tráfego?”

R: O Sec. Adjunto Rogério Arias explanou que com relação a MT 358 há uma parceria com uma associação para recuperar a rodovia, apesar de não fazer parte do plano de concessão.

Nº 23) Ederson Junzo, Gerente administrativo.

23.1 “Gostaria de sabe se o Estado deixar de cobrar o FETHAB e IPVA com o pedágio nesta rodovia, ou terá desconto quem utilizar. Desconto no IPVA já que uma das finalidades destes impostos é a manutenção das estradas.”

R: Questão já respondida anteriormente.

23.2 “Qual a participação do Estado na construção e manutenção das rodovias pedagiadas? Ex. o Estado terá que entregar a rodovia como está ou fará investimentos até a concessão?”

R: O Sec. Adjunto Rogério Arias explicou que as obras e manutenção realizadas pelo poder público continuarão em andamento até a assinatura do contrato de concessão.

Após a fase de respostas aos questionamentos por escrito o Secretário Adjunto franqueou a

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



palavra para os presentes formularem seus questionamentos oralmente.

QUESTIONAMENTOS ORAIS:

Presidente da OAB, subseção de Tangará da Serra, Kleiton Araújo de Carvalho: "Caso o concessionário não execute os investimentos previstos em edital, o que irá ocorrer?"

R: O Sec. Adjunto Rogério Arias explicou que o verificador independente é o dispositivo que identifica o não cumprimento dos encargos da concessionária, como a não aplicação dos investimentos previstos e através desta identificação do verificador o concedente pode penalizar o concessionário por meio da redução da tarifa. O responsável técnico Fernando Iannotti ressaltou que esse é um modelo novo que está surgindo no Brasil, para justamente corrigir os erros praticados nas concessões passadas, em que a cobrança de pedágio nem sempre era convertida em investimento.

Participante não identificado 1(caminhoneiro) "Afirmou que o valor do pedágio inviabiliza o trabalho do caminhoneiro, uma vez que reduz drasticamente sua margem de lucro".

Participante não identificado 2(caminhoneiro): "Retomou ao tema IPVA, demonstrando achar injusto a necessidade de pagar pedágio diante do alto valor desse imposto. Sugeriu que ao invés de 4 pedágios sejam 3".

Kleiton Araújo de Carvalho: sobre o assunto IPVA, "afirmou que no Brasil não há vinculação do imposto a investimento em rodovias".

Prefeito de Tangará da Serra, Fábio Junqueira "explanou sobre o sistema tributário no Brasil, ressaltando a necessidade de uma reforma mais profunda."

Integrante da mesa: "Reiterou a entrega do protocolo em mãos, desenvolvido em conjunto com as associações, que demanda a criação de ciclovias.

Sobre a demanda das ciclovias o Sr. Secretário Adjunto comprometeu-se levar o assunto para discussão.

B
AC


Deputado Saturnino: "Reforçou que nos perímetros urbanos deve-se ter uma atenção especial. Além disso, lembrou que precisa ter atenção nas pistas de subida para melhorar a circulação dos caminhões. Por fim, demonstrou apoio ao Programa".

Finalizada a fase de manifestação oral o Prefeito de Tangará da Serra, Sr. Fábio Junqueira agradeceu pela presença de todos e pela oportunidade de participação e discussão no projeto. Na sequência o Sec. Adjunto Rogério Arias reiterou a compromisso de levar para novas discussões todas ponderações apresentadas e agradeceu aos presentes.

DAS PROVIDÊNCIAS PÓS AUDIÊNCIA PÚBLICA:

Os questionamentos por escrito foram respondidos e as demais contribuições apresentadas serão analisadas e disponibilizadas para consulta no www.participacao-social.mt.gov.br.

Nada mais tratado, foi finalizada a sessão de Audiência Pública, secretariada por mim, Claudia Marisa Rosa, lavrando-se a presente a ata, cuja lista de presença com as assinaturas dos participantes segue como parte integrante da mesma, consignando-se ainda que a sessão foi registrada em áudio e vídeo.



Rogério Ribeiro Arias

Presidente da Sessão de Audiência Pública nº. 03/2017
Secretário Adjunto de Engenharia
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SINFRA



Claudia Marisa Rosa

Secretária da Sessão de Audiência Pública nº. 03/2017